



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Democracia, participação popular e novas resistências
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo: Educação e Política Social

“Do estômago à fantasia”: mercadoria e educação no capitalismo

Stephanie D’Agnes Moreira dos Santos¹

Resumo: A teoria do valor de Marx (1994), consolidada e difundida a partir da publicação d’*O Capital* descreve a dinâmica do capitalismo a partir de um de seus elementos fundamentais: a mercadoria. A partir dela, Marx pôde identificar a essência do funcionamento do modo de produção capitalista, que tem na produção da mais valia seu fundamento. Diferentes autores buscaram aproximar a teoria do valor com o papel da educação no capitalismo. Este artigo, através de pesquisa bibliográfica, apresenta e debate algumas destas perspectivas e sugere que a educação aparece nelas sob duas formas interdependentes: como valor de troca e como modo de reprodução da forma social.

Palavras-chave: Capital; Mercadoria; Educação; Capitalismo.

“From stomach to fantasy”: commodities and education in capitalism

Abstract: Marx’s theory of value (1994), consolidated and disseminated since the publication of *Capital*, describes the dynamics of capitalism based on one of its fundamental elements: the commodity. From it, Marx was able to identify the essence of the functioning of the capitalist mode of production, which has its foundation in the production of surplus value. Different authors sought to bring the theory of value closer to the role of education in capitalism. This article, through bibliographical research, presents and debates some of these perspectives and suggests that education appears in them in two interdependent forms: as exchange value and as a way of reproducing the social form.

Keywords: Capital; Commodity; Education; Capitalism.

Introdução

Quando Marx escreveu *O Capital* ele buscava analisar e descrever a dinâmica do modo de produção capitalista e, assim, fazer a crítica da economia política. E ao fazer isso, trouxe elementos importantes em sua investigação para o entendimento desta dinâmica em outras esferas da vida social para além da produção. Ao compreender que, na aparência, a riqueza no capitalismo se manifesta como “uma imensa acumulação de mercadorias”, Marx tratou de definir o que fosse a mercadoria e seus atributos a fim de chegar à essência do capitalismo: a produção da mais-valia. Desde a sua publicação em 1867, *O Capital* logrou ser uma das obras mais importantes do século XIX, cuja teoria do valor passou a ser norteadora não só de organizações políticas, mas também de análises científicas em diversas áreas do conhecimento.

¹ Mestranda em Política Social (UFES). Especialista em Gestão Escolar (USP). Graduação e Licenciatura em História (USP). Professora de história da rede estadual de ensino do estado do Espírito Santo (SEDU). Email: dagnestephanie@gmail.com

A teoria do valor parte da mercadoria como elemento central da dinâmica capitalista. Para Marx, a mercadoria é, antes de mais nada, “um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1994, p.57). Dentro desta ampla concepção de mercadoria subjaz uma noção de que as mercadorias não são objetos estritamente materiais, mas podem ser também, tudo aquilo que tenha valor de uso (que diz respeito a sua utilidade), mas sobretudo, que também tenha valor de troca (que diz respeito à capacidade do objeto de ser trocado por outras mercadorias através de equivalentes) e, ainda, valor.

Mas a mercadoria aparece no capitalismo envolta em mistério porque ao encobrir no processo de circulação as características sociais do próprio trabalho, ou seja, de que só se cria valor com o trabalho humano, a mercadoria oculta as relações sociais da produção. É nesta mistificação que se fundamenta o fetiche da mercadoria: a ocultação de que a substância do valor é o próprio trabalho humano. Assim, Marx analisa que o caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor de uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor de troca. Para ele, desde que os homens trabalhem uns para os outros, o trabalho adquire uma forma social. Assim, o caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria é oriundo desta forma social.

[...] os produtos do cérebro humano, sua capacidade, parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos (MARX, 1995, p.94).

A dupla natureza do trabalho contido na mercadoria - o valor de uso e o valor de troca – revela ainda, segundo Marx, que “uma coisa pode ser valor-de-uso sem ser valor”. Isto é, para que haja mercadoria, a coisa deve ser transferida a quem vai servir como valor de uso por meio da troca. Não havendo troca, portanto, não há mercadoria. Isto é dizer que embora exista uma força irresistível no capitalismo para transformar todas as coisas em mercadorias - sobretudo aquelas básicas, como terra, água, moradia e alimentação –, somente aquelas coisas que podem ser transferidas pela troca podem ser consideradas mercadorias. No entanto, nem tudo aquilo que se troca pode ser compreendido como mercadoria nesta chave explicativa. Sendo assim, como compreender a educação dentro da dinâmica do capitalismo?

Sabemos que diferente de outros modos de produção, a educação passou a ter um papel fundamental no capitalismo, evidenciado pelos esforços recorrentes de setores do capital em associar o acesso das massas à educação ao desenvolvimento econômico do sistema ou mesmo na resistência dos trabalhadores que proclamam nas suas lutas que a educação não é uma mercadoria – modo de expor a insatisfação da categoria com a interferência de setores do capital na educação.

Por essas e outras manifestações deste problema, muitos autores tentaram compreender as relações entre a forma mercadoria e a educação a partir da teoria do valor. Assim, quais aproximações podem ser feitas entre a concepção de mercadoria e seus desdobramentos proposta por Marx e a dinâmica da educação no capitalismo contemporâneo?

Quais as formas sociais que a educação assume no modo de produção atual? Ele pode prescindir da educação para se reproduzir ou necessita de uma mercadoria, *sui generis*, sem a qual a força de trabalho não pode ser disciplinada, nem as contradições de classe se tornariam desfeticizadas?

A escola, forma social capitalista, neste sentido adquire algumas funções sem as quais não é possível garantir a reprodução ampliada do capital em geral. Em outros modos de produção, a educação das gerações mais novas podia ser garantida sob outra lógica. No capitalismo não. O objetivo deste artigo é discutir algumas posições que ajudam a refletir a complexa relação da educação como uma mercadoria. Mas uma mercadoria de tipo de particular, que cumpre algumas funções para o desenvolvimento e reprodução do modo de produção capitalista. Entendemos, assim, que a educação formal, mesmo não criando divisões de classe, contribui, por sua vez, para reproduzir e consolidar estas divisões. Ainda que, como veremos, existam algumas brechas e limites para reprodução desta lógica.

Educação como mercadoria *sui generis*

A relação geral entre a educação e o trabalho de Marx pode ser expressa no trecho do *Capital* (1994) a seguir:

[...] para transformar a natureza humana, para lhe fazer adquirir aptidão, precisão e celeridade num dado ramo de trabalho, ou seja, *para fazer dela uma força de trabalho desenvolvida para uma tarefa especial, é preciso uma determinada educação ou formação, que custa ela própria uma soma maior ou menor de equivalentes em mercadorias*. Esta soma varia segundo o caráter mais ou menos complexo da força de trabalho. As despesas de educação - de

resto mínimas para a força de trabalho simples - entram, portanto, na esfera dos valores a depender para a produção da força de trabalho [...] [MARX, 1994, p. 165, grifo nosso].

Neste trecho Marx explica, ainda ao falar do trabalho abstrato, como a depender da complexidade do trabalho, a educação custa uma soma de equivalentes em mercadorias. Dito de outro modo, ele explica como para se educar é necessário que se façam certas despesas ou como “no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria.” (SADER, 2011, p. 20). Deste modo, é evidente que é como valor de uso que pode ser trocado que a educação passa a ser uma mercadoria.

Como apontam Trein e Rodrigues, há no modo de produção capitalista um estímulo irresistível na conversão de todos os objetos e atividades úteis ao homem (sejam úteis ao estômago ou à fantasia, repetimos) em mercadoria. O que significa dizer que todos os objetos e atividades tenderão a ser produzidos ou realizados para serem mercantilizados (TREIN e RODRIGUES, 2011, p. 775). As coisas, as pessoas, e o próprio conhecimento científico, por exemplo, estariam orientados no capitalismo para a subsunção de seu valor de uso ao seu valor de troca. Deste modo, o conhecimento científico, nessa perspectiva, só teria valor na possibilidade de ser convertido em mercadoria, ou seja, de ser trocado (TREIN e RODRIGUES, 2011, p. 776).

Para eles, em última instância, o valor de uso de um objeto é precisamente o seu valor de troca no capitalismo. Embora os autores estejam corretos em indicar a tendência do capital em transformar todo o produto do trabalho humano em mercadoria, é importante marcar que valor de uso e valor de troca em Marx são na verdade dimensões distintas da natureza dupla do valor, embora se relacionem de forma peculiar no capitalismo. O problema de sugerir que em última instância valor de uso e troca são iguais no capitalismo é que isso não ajuda a compreender uma mercadoria *sui generis* como o é a educação, cuja especificidade está justamente em que ela nem sempre aparece como valor de troca no capitalismo, conforme veremos. Por isso, talvez o mais preciso, neste caso, é dizermos que no capitalismo, para que o valor de uso de uma coisa se realize, faz-se necessária a troca.

Neste sentido, Machado traz uma perspectiva importante acerca da educação como mercadoria ao colocar que o desafio a ser considerado é o fato de que, mesmo sem negar sua dimensão mercadoria, o conhecimento não se esgota em tal dimensão. O conhecimento em si, ele postula, é um bem que posso dar ou vender a outra pessoa, mas

ao mesmo tempo permanecer com ele (MACHADO, 2015, p.7). Esta é a natureza peculiar do conhecimento e, de certo modo, da própria educação como mercadoria. É valor de uso e valor de troca no capitalismo, mas a produção e a realização de seu valor de uso diferem daquela de outros produtos do trabalho humano.

Assumindo que a educação não é somente ensino, reprodução articulada de conhecimentos, mas também produção destes, não há como discutir o papel da educação sem fazer aproximações com o papel da ciência no capitalismo. Sendo a universidade em grande parte dos países capitalistas o lugar por excelência da produção científica, é no ensino superior que essa dinâmica fica evidente. Ao tratar do ensino superior, por exemplo, Trein e Rodrigues, mostram como o produtivismo acadêmico é o resultado lógico e necessário da subsunção do valor de uso do conhecimento ao seu suposto valor de troca. Para eles, o produtivismo na universidade seria a expressão do fetichismo do conhecimento-mercadoria.

No âmbito da educação básica, no entanto, este processo se realiza de forma distinta. Enquanto a mercadorização da educação pode ser vista com evidência na proliferação de escolas privadas de ensino ou mesmo na privatização parcelada da escola pública, quando se trata da escola pública é que percebemos que essas manifestações da educação como mercadoria são menos evidentes e precisam de certas mediações. No caso brasileiro, por exemplo, se a maior parte das matrículas de estudantes está na escola pública, como entender as relações entre o capital e a educação? Como a educação pode ser entendida como valor de troca? Neste caso particular é inespecífico se valer somente da ideia de valor de troca e de que a educação é vista como mais uma mercadoria. Por isso, é necessário levar a análise a outros níveis de abstração que não passem necessariamente pela evidente mercantilização da educação.

Educação como reprodutora da forma social

Como para a reprodução ampliada do capital é necessária a extração da mais valia, a relação entre educação e capital nem sempre é evidente. Nesse sentido, Catini, procurando compreender a relação entre a forma mercadoria e a forma escola explica-nos que o processo educativo, ao formar a classe trabalhadora, estabelece uma relação não imediata com a forma social (CATINI, 2013, p. 15-16). Ou seja, a relação que se

estabelece entre a forma social fetichizada e a educação não pode ser entendida sem as devidas mediações.

Existe uma corrente teórica ampla que compreende que para além da mercadorização das relações educacionais, a educação no capitalismo serviria à própria reprodução do capital, ou seja, às relações sociais que garantem a reprodução ampliada, a transformação da força de trabalho em mercadoria. Nesse sentido, o trabalho alienado, ao mesmo tempo em que produz mercadorias produziria também o próprio trabalhador, sua força de trabalho, como mercadoria. E a educação, nesse sentido, teria o papel de produzir o sujeito com as habilidades necessárias para ingressar no mundo do trabalho.

Em geral, os pesquisadores que se respaldam na teoria do valor para compreender essa dinâmica, partem de uma noção importante que associa o estudo deste objeto, a educação, à sociabilidade histórica e demonstram, assim, a indissociabilidade das relações de trabalho com o processo educativo. Sader, por exemplo, prefaciando o livro de Mészáros, indica que para compreender a educação em dada sociedade, é necessário antes entender como o trabalho se organiza nela. De forma similar, Santos explica como a análise da educação deve ser feita no interior das condições gerais de produção e como a escola é parte da condição geral de produção e reprodução da força de trabalho (SANTOS, 2004, p. 80).

Como um desdobramento desta análise, alguns pesquisadores buscaram compreender como a escola e o processo educativo surgem e se desenvolvem em relação ao regime de acumulação vigente. Tragtenberg (2018), por exemplo, explicou como o desenvolvimento do capitalismo no século XIX levou à necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar, por causa da introdução da técnica e da ampliação da divisão do trabalho. Santos (2004), por sua vez, inseriu as mudanças recentes na instituição escolar na esteira das transformações do processo de valorização do capital em sua reestruturação produtiva a partir das décadas de 60 e 70 do século XX. Ambos compartilham a ideia de que existe uma relação estreita entre capitalismo e educação, evidenciado pela forma como o funcionamento das instituições de ensino é afetado a depender do regime de acumulação.

Para Santos, com essa reestruturação, o conhecimento científico passaria a ter “valor econômico e estratégico” e, assim, a circulação ou distribuição do conhecimento adquiriria as mesmas características das mercadorias. Nesse quesito, ao exigir um novo

tipo de trabalhador, o novo regime de acumulação também exigiria um novo modelo educacional. Deste modo, o autor marca não só como o papel da escola está determinado pelas relações sociais capitalistas, mas também como a escola participa da reprodução desta sociabilidade.

Como faz parte da produção capitalista, em seu conjunto, produzir não só mercadoria, mas produzir e reproduzir a relação capitalista (MARX, 1994, p.666), Oder José constata que a formação do trabalhador não só está inserida no sistema capitalista de produção como também é vista no mesmo nível de produção de qualquer bem ou serviço (SANTOS, 2004). A escola, nesse caso, teria papel fundamental em circunscrever os indivíduos às suas funções de classe dentro das relações capitalistas de produção. Assim o que Tragtenberg marcava para o século XIX, valeria igualmente para os séculos seguintes: “a educação já não constituía ocupação ociosa, e sim uma fábrica de homens utilizáveis” (TRAGTENBERG, 2018, p.184).

Mas para além da ideia da escola como fábrica de produção de trabalhadores, cuja função seria a “qualificação para o trabalho”, a escola para Tragtenberg aparece também como o aparelho ideológico que garante a perpetuação do sistema também ao reproduzir dentro de si a estrutura de produção através do que ele chama “ritualismos”: deveres, disciplinas, punições e recompensas. Assim, a lógica de reprodução do capital apareceria no sistema de ensino na forma de sistema de notas, nos trabalhos burocráticos e nas instâncias punitivistas da escola. Formar o estudante como trabalhador significa não somente garantir os conhecimentos básicos para entrar no processo de produção como inculcar-lhe os valores que lhe permitam não se insurgir.

Assim, mesmo na educação pública, onde a educação não aparece diretamente como valor de troca, gera-se a expectativa de que os que ali saiam possam engrossar as fileiras do mercado de trabalho, mas já atendendo a uma organização orientada pela obediência, pela recompensa e pela coação. Isso por si só constituiria o ensaio da experiência de exploração do trabalho e da formação do trabalhador como explorado - parte da própria reprodução do capital.

É Tragtenberg quem melhor define, nesse sentido, o papel da escola como reprodutora das relações sociais capitalistas ao identificar pelo menos quatro funções que ela exerce nesse contexto: a) para formar a força de trabalho; b) para inculcar a ideologia hegemônica, tudo isso pelo mecanismo das práticas escolares; c) para reprodução

material da divisão em classes; d) para manter as condições ideológicas das relações de dominação. Todas essas funções contribuem com a perpetuação da divisão de classes para benefício da própria dinâmica da reprodução ampliada. Visto deste modo, todo o funcionamento do conjunto do aparelho escolar é definido em relação a esta função primária, o que não implica negar que historicamente a educação desempenha um papel relevante no desenvolvimento das forças produtivas.

Uma discussão teórica interessante acerca disto é justamente como compreender a educação, se meio de produção ou não. Saviani, ao discutir as relações entre capital, educação e sua forma escolar, procurou compreender os motivos pelos quais aos trabalhadores é negada a possibilidade de se apropriarem dos conhecimentos acumulados pela humanidade. Para ele, a contradição fundamental é de que, por serem meios de produção, os conhecimentos não poderiam ser ofertados de modo integral, assim como ocorre com o conjunto do processo produtivo. Ele analisa que o controle do acesso aos conhecimentos é essencial no capitalismo e, portanto, "o trabalhador não pode ter meios de produção, não pode deter o saber" (SAVIANI apud FAVARO e TUMOLO, 1994, p. 161). Esta concepção, ao instrumentalizar a teoria do valor, não desmistifica a forma como a educação participa da reprodução capitalista.

Favaro e Tamolo problematizam esta perspectiva ao indicarem que se a educação fosse meio de produção, bastaria que se universalizasse o acesso a ela que os trabalhadores seriam proprietários dos meios de produção. Sabe-se que mesmo em países do centro do capitalismo onde a experiência com a disseminação dos conhecimentos foi mais ou menos exitosa, não há correlação entre universalização do ensino e o fim da exploração da classe trabalhadora. Conceber isto é mistificar a realidade no sentido de entender que se há melhores condições de trabalho o capital não se valorizaria.

O que Marx mostrou no *Capital* é que mesmo quando o trabalhador é qualificado, mesmo quando recebe um salário adequado, mesmo em condições em que o valor fosse igual ao preço da força de trabalho (o que não se verifica concretamente), ainda há extração da mais valia e, portanto, exploração. Além da crítica de Favaro e Tamolo, é importante percebermos como a perspectiva de Saviani pode fazer parecer que a forma como a escola funciona hoje é anormal, quando na verdade, se adotarmos as perspectivas anteriores, ela é parte da própria dinâmica do capital.

Apesar disto, Saviani faz um esforço semelhante ao de Oder José dos Santos no sentido de inserir a educação dentro da lógica do regime de acumulação vigente. Por isso, ao analisar a década de 60, ele indicou que houve a hegemonia da concepção produtivista na educação, visto na adoção de um planejamento educacional cujo centro era a racionalidade técnica, a partir do período militar, marcado pelo tecnicismo e a racionalidade financeira, a partir de 1990, catalisada pelo neoliberalismo (SAVIANI apud FAVARO e TUMOLO, 2010, p. 227).

A educação aqui era vista como um bem de produção e um agente do desenvolvimento econômico. Perspectiva que permanece nos relatórios do Banco Mundial para a educação, por exemplo. Por isso, os autores, críticos às concepções que endossam essa relação, salientam que o desenvolvimento econômico é sempre de uma forma histórico-concreta. “No capitalismo ele é, necessariamente, um desenvolvimento econômico capitalista, no qual imperam as leis universais do movimento contraditório do capital.” (FAVARO e TUMOLO, 2016, p. 566). Nesse sentido, se há relação entre desenvolvimento econômico e educação, ela só pode ser concebida no interesse da perpetuação das relações de produção existentes.

No entanto, tanto a perspectiva de Favaro e Tamolo quanto a de Saviani parecem ligeiramente problemáticas. A de Saviani porque se realmente considera o conhecimento como meio de produção, como apontam Favaro e Tamolo, pressupõe que a universalização dos conhecimentos seriam uma forma de socialização da produção, o que é incoerente. De outro lado, a proposta destes autores também é insuficiente porque ao considerar que o conhecimento é somente pressuposto do trabalho humano, parecem não dimensionar corretamente o papel que o conhecimento e a educação têm, de fato, para a realização da reprodução ampliada.

Afinal, se a mercadoria é tudo aquilo que tem valor de uso e de troca e que não necessariamente tem materialidade, não poderia ser, de fato, a educação e o conhecimento, meios de produção indiretos essenciais para o desenvolvimento de qualquer sistema de produção? Esta discussão não nos cabe aqui, da mesma forma como não nos coube a discussão sobre a produtividade ou improdutividade do trabalho educativo, mas é importante salientar que a educação cumpriu um papel importante no desenvolvimento deste modo de produção do mesmo modo como tem cumprido para sua perpetuação nos dias atuais.

Considerações finais

As relações entre a forma mercadoria e a educação estão manifestas em diferentes fenômenos vistos dentro dos espaços formais de ensino. Embora essas relações possam ser melhor observadas nas situações em que a educação aparece como valor-de-troca, no ensino básico ou superior, existem outras esferas de análise que não podem ser ignoradas. A educação é, além de mercadoria no capitalismo, instrumento da ideologia para reproduzir as relações sociais capitalistas dentro e fora das escolas e das universidades.

A contradição é que, embora a educação seja reprodutora do ser social como ser humano em sua completude na sua “capacidade contínua de emancipação”, “bem inalienável da humanidade”, “responsável pela reprodução de riquezas e descobertas” (LUKÁCS *apud* ALVES; GONÇALVES, 2018, p. 3), a educação, na forma de suas instituições formais, é também reprodutora das relações sociais capitalistas. Assim, ela é ao mesmo tempo produtora e reprodutora das relações sociais quando transmite os valores da sociabilidade capitalista, atravessada pela dinâmica do produto dessas relações sociais quando utiliza instrumentos semelhantes aos do ambiente de produção e mercadoria quando aparece como valor de troca em relações específicas.

A educação na era das mercadorias surge então em três níveis distintos, mas intercalados, dinâmicos, que operam continuamente para a reprodução ampliada do capital, o que inclui a reprodução da própria classe que trabalha: como mercadoria *sui generis*, como reprodutora das condições para a produção da mais-valia ou como instrumento de intervenção ideológica do capital. Assim, a educação é contraditoriamente a máquina que produz o ser social, mas um ser social determinado historicamente – neste caso, pelo capital, em seus regimes de acumulação específicos.

Nesse sentido é correto afirmar que o indivíduo que sai da escola, essa forma social capitalista por excelência, sai para o mercado de trabalho, mas sobretudo para se reproduzir como força de trabalho, qualificada ou não, para vender a única mercadoria que possui (ou que o possui) - sua força de trabalho. A educação formal, nesse sentido, não cria as divisões de classe e nem consolida o sistema de capital, mas os reforça.

Por isso, vale dizer, a educação nem cria o sistema e nem tampouco é capaz de por si só ser uma alternativa emancipadora radical, como defende Mészáros. As funções que desempenha são a de produzir e reproduzir o quanto puder as relações sociais, perpetuando os valores e a lógica de organização do modo de produção. Mas sua

hegemonia também não é absoluta, e é por isso que, ainda que apareça como valor de troca ou como instrumento ideológico no capitalismo, o processo educativo guarda em si contraditoriamente a possibilidade de contestação da sua própria forma fetichizada enquanto mercadoria.

Referências

ALVES, Estefanni; GONÇALVES, Ruth Maria. Educação como mercadoria: desafios da educação superior em meio ao capitalismo em crise. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 05, n. 1, 1-26, 2019.

CATINI, Carolina. **A escola como forma social: um estudo do modo de educar capitalista**. 2023. 247 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FAVARO, Neide; TUMOLO, Paulo. A relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. **Debates & Polêmicas**, nº 37, Abr-Jun 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9y7GPHb7r7B6HQ6JRXg3nabr/#>. Acesso em: 08/12/2023.

MACHADO, Nilson José. O Conhecimento como um valor: as Ideias de a-crescimento e de Commons. **Revista Contabilidade e Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 67, p. 7-10, jan./fev./mar./abr., 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Notebook%2011/Downloads/98094-Texto%20do%20artigo-170173-1-10-20150513.pdf>. Acesso em: 10/12/2023.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Vol. I. Ed. 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SADER, Emir. In: MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SANTOS, Oder José. Reestruturação capitalista: educação e escola. **Trabalho e Educação**. Volume 13, nº1, janeiro a julho, 2004.

TRAGTENBERG, Maurício. A educação como organização complexa. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 39, nº. 142, p.183-202, jan.-mar., 2018.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, volume 16, nº 48, 769–792, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000300012>. Acesso em 05/12/2023.